



## Boletim Informativo

da

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



Boletim n.º 3 Abril/Maio2006



### Agenda de Maio

☞ Lisboa, Sede da ANS - 27 de Abril, 15h00,  
*Reunião da Comissão de Sargentos na situação da Reserva e da Reforma - Preparar a Vigília*

☞ Beja, Biblioteca M. José Saramago - 3 de Maio, 20h00  
*Reunião com Sargentos do núcleo de Beja*

☞ Lisboa, Palácios de Belém e de São Bento - 4 de Maio, 16h00 e 18h30

*Entrega da Resolução aprovada no Encontro Nacional de 19 de Abril a SEXA's PR e PM pela Comissão e Delegação de dirigentes das Associações de Militares*

☞ Várias cidades e vilas de Portugal em locais a designar, - 11 de Maio, das 15h00 às 20h00

### VIGÍLIA NACIONAL EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR

☞ Lisboa, Sede da ANS - 15, 16 e 17 de Maio, 18h30  
*Reuniões da CPR de ramo, respectivamente: Exército, Armada e FAP*

**Comparece e traz um amigo!**

*Participar na vida associativa é um direito e um dever de cidadania.*

**Participa!**



Lê e Divulga o nosso jornal

15 anos

O SARGENTO

## Espaço Audiências

Recebemos uma carta de SEXA o GEN CEMFA, insurgindo-se por no nosso anterior Boletim termos relatado o conteúdo da audiência que nos concedeu. Já não é a primeira vez que, na sequência de audiências, entidades ficam desagradadas com o facto de divulgarmos o conteúdo das conversações aos Sargentos de Portugal. Por isso é necessário aclarar uma questão de princípio: **Encaramos sempre os contactos oficiais como reuniões de trabalho associativo, porque é esse o único motivo que nos leva a solicitá-las.**

Como tal consideramos ser nossa obrigação divulgar o conteúdo e o resultado das mesmas junto daqueles que representamos. Para nós o “segredo não é a alma do negócio” pela simples razão de que connosco não há negócio. Há a defesa intransigente dos direitos e dos interesses dos Sargentos de Portugal, mesmo que isso nos acarrete dissabores ao nível pessoal. Os assuntos que debatemos em todas as sedes, oficialmente, são do interesse de todos por isso nunca ficamos ocultos na penumbra dos Gabinetes. Não estamos na vida associativa por interesses pessoais nem para degustar de favores nos salões dourados. É assim que encaramos e interpretamos a Dignidade!



### Audiência com o Sec. Geral do MDN, MGEN Luís Sequeira

No passado dia 18 de Abril, uma delegação da Direcção da ANS constituída pelos camaradas Lima Coelho, José Pereira e Luís Bugalhão, reuniu com o Secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, Major-General Luís Sequeira, a convite deste.

A audiência teve como objectivo a entrega de um dossier com a compilação das propostas de diplomas regulamentares do funcionamento da nova ADM, produzidos pelo Grupo de Trabalho da ADM, constituído no seio da Secretaria-geral do MDN e que nós acompanhamos apenas a partir da sexta reunião.

Todavia, embora fosse aquele o objectivo principal da reunião, o MGEN Luís Sequeira reafirmou a sua vontade de manter regularmente (em princípio trimestralmente) estas reuniões com as Associações, e assim sendo, aproveitou-se a ocasião para uma troca de ideias sobre os assuntos que preocupam a Família Militar, em particular a categoria de Sargentos.

Tivemos então oportunidade de solicitar informação sobre o tão aguardado processo de revisão das carreiras dos militares, que se espera estar concluído até ao fim do corrente ano, ao que fomos informados que neste momento ainda nem sequer está constituído o respectivo Grupo de Trabalho, pelo que nada ainda foi produzido sobre essa matéria.

Este atraso, que nos preocupa bastante, leva-nos a crer que este processo de revisão das carreiras poderá não estar concluído até ao fim do ano o que poderá ter implicações no congelamento da contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão nos escalões, uma vez que se tratam de matérias interligadas.

Sobre a criação deste Grupo de Trabalho, a perspectiva do MGEN Luís Sequeira é de que a sua constituição será no seio da Direcção-geral de Pessoal e Recrutamento Militar e que terá que ser constituído a breve prazo. Além disso informou-nos da intenção de que as Associações Militares venham a integrar esse Grupo, já não como convidados ou observadores, mas como membros de pleno direito, conforme estatui a Lei.

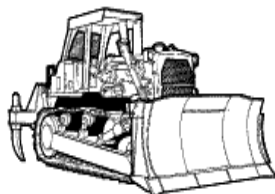
Relativamente aos descontos para o IASFA, fomos informados de que existe uma proposta do Presidente da Direcção do IASFA, TGEN Fidalgo Ferreira para que além do 1% de desconto para o IASFA/ADM, se desconte mais 0,5% para o IASFA/Ação Social Complementar, estando em aberto se a inscrição e respectivo desconto na Acção Social Complementar será obrigatória ou facultativa.

Outra questão por decidir é a inclusão, ou não, dos militares em RV e RC na Acção Social Complementar.

Quanto ao Estatuto do IASFA, que está em fase de alteração, a ANS informou o MGEN Luís Sequeira de que nada sabíamos sobre o seu conteúdo, até porque nos tinha sido recusado o acesso ao documento, pelo Presidente da Direcção do IASFA, TGEN Fidalgo Ferreira, facto que enquanto dirigentes associativos e militares subscritores do IASFA, nos deixa profundamente preocupados.

No final, afirmámos que não concordamos quer com a filosofia, quer com as novas regras impostas à assistência na doença, bem como com o aumento dos descontos para a Acção Social Complementar e por isso mesmo vamos continuar a nossa luta contra esta legislação, pois ao contrário do que muitos pensam, esta batalha ainda não está perdida, nem encerrada!

**Vale a pena lutar e essa é a conclusão mais importante que trouxemos desta reunião.**





## Correio dos leitores

**Pergunta:** Venho pedir um esclarecimento quanto à posição da C.G.A. A questão é a seguinte. Pedi para passar à reserva no final do próximo mês de Abril (2006) com 28 anos e 10 meses efectivos que com o acréscimo de tempo de serviço e 5 anos de reserva perfaz 36 anos. Quanto vou ser penalizado quando passar à reforma? Vou ser muito penalizado em relação aos camaradas que passaram à reforma até ao final do ano passado?

**Resposta:** De acordo com esta interpretação do Director da CGA a tua pensão irá de facto ser inferior ao que seria se a lei não tivesse sido alterada.

No teu caso a pensão de Reforma será calculada de acordo com as regras que estiverem em vigor na altura em que passares à situação de Reforma, ou seja, Abril de 2011.

Se até lá se mantiver a Lei actual, alterada em Dezembro passado, a pensão será calculada em duas parcelas:

- A primeira parcela correspondente ao tempo de serviço com descontos para a CGA, desde o teu ingresso na Marinha e até 31 de Dezembro de 2005, será calculada de acordo com a Lei antiga, ou seja, corresponderá a **90%** do teu último vencimento da Reserva, deduzida a quota para a CGA;

- A segunda parcela, correspondente ao período de 1 de Janeiro de 2006 até Abril de 2011, será calculada de acordo com a regra de cálculo das pensões do Regime Geral da Segurança Social, ou seja, **80%** da média dos vencimentos desse período;

- Cada parcela será multiplicada pelo respectivo tempo de descontos em anos e dividida por 36;

- A pensão será a soma destes dois quocientes.

O valor concreto do prejuízo só o poderás quantificar na altura da passagem à Reforma, pois dependerá da evolução que os vencimentos e as pensões tiverem ao longo dos próximos anos. No entanto pela fórmula de cálculo apresentada podes ver que há prejuízo concreto pois a segunda parcela tem uma redução considerável.

Acresce a tudo isto vários factores que devem constituir alvo de preocupação sobre o futuro das nossas Reformas:

- O Governo pretende alterar novamente a fórmula de cálculo da pensão do Regime geral da Segurança Social de forma a que seja levada em consideração a média de toda a carreira contributiva e não apenas a média dos 10 melhores vencimentos dos últimos 15 anos;

- A CGA deixou de inscrever novos subscritores desde 1 de Janeiro de 2006. Isto na prática significa o fim a prazo da CGA pois deixa de entrar "*dinheiro novo*". No futuro chegaremos a uma situação em que só haverá pessoas a receber pensões e nenhuma a descontar...

- O Fundo de Pensões dos Militares está tecnicamente falido. A dívida do Estado ao Fundo ascendia em Junho de 2005 a cerca de 210 milhões de Euros;

- O complemento de pensão de reforma não é pago desde Agosto de 2000 e a dívida aos militares reformados ascendia em Junho de 2005 já a mais de 250 milhões de Euros. Existem inclusive pareceres da Procuradoria-geral da República e decisões judiciais que obrigam o Estado a pagar, mas o Estado continua sem cumprir a Lei, Lei esta aprovada por unanimidade na Assembleia da República.

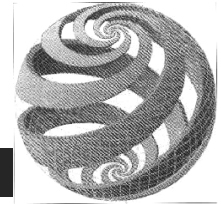
- Durante a Reserva farás os mesmos descontos que fazes no activo;

- Na situação de Reforma deixas de descontar para a CGA (10%), mas continuas a descontar para o IASFA/ADM (1%) e para o IRS, que conheceu agora novo agravamento sobre as pensões de reforma.

**O quadro é este, camaradas!**

**Vamos ter que continuar a lutar pelos nossos direitos.**

## Editorial



### Afinal a coesão e a disciplina...

Por 32 vezes consecutivas militares empenham-se no 25 de Abril, com destaque para as acções levadas a cabo em 1974. Neste ano de 2006, um pouco por todo o País e de forma organizada em Lisboa, centenas de militares e suas famílias integraram-se no Desfile Popular comemorativo do 25 de Abril que desceu a avenida da Liberdade.

Desta feita como de todas as outras a coesão e a disciplina das Forças Armadas saiu reforçada. Para quem precisava de mais uma prova aí a têm. A defesa dos direitos adquiridos, do nível de vida das nossas famílias e da dignidade da profissão militar são compatíveis com aqueles valores operacionais. Nem de outro modo poderia suceder com pessoas dignas, sensatas a quem o Povo entrega as suas armas e defesa nacional.

Perguntam-nos se concordamos com as medidas anunciadas pelo MDN de venda de património militar para suprir défices no orçamento dedicado às pensões, segundo é anunciado. Respondemos que mais uma vez se tomam decisões avulsas sem que se conheçam os projectos associados.

Afinal qual é o plano de reestruturação? Fica-se pela redução de alguns oficiais gerais no Exército ou é mais profunda e consentânea com a nova realidade e interesses nacionais? Ou fica-se pela propaganda e servirá exclusivamente para tapar um buraco criado pelo ex-MDN Fernando Nogueira e ex-PM Cavaco Silva com a criação de um mal estruturado e não desejado Fundo de Pensões?

Tal como sucedeu com as medidas tomadas no ano transacto, com reflexos negativos na assistência na doença e social complementar, na transição para a situação de reserva e de reforma, não se conhecem nem os projectos reais associados, nem os estudos de impacto necessários para se saber se as medidas terão os resultados desejados ou os seus opostos.

O que sabemos é que o défice se agravou, que a banca já no primeiro trimestre deste ano aumentou os lucros em mais de 40%, que a qualidade de vida dos portugueses se degradou. Tal como no ano passado temos a sensação de que Portugal e os portugueses são antagónicos.

Continuamos sem entender porque razão o Governo se comporta como se aquilo que é bom para Portugal tenha de ser mau para os portugueses, criando fracturas sociais e comprometendo a coesão nacional.

Torna-se claro para sectores cada vez mais amplos da sociedade portuguesa que este caminho não irá produzir mais riqueza nem distribuirá melhor a que existe. Bem pelo contrário!

**A coesão e a disciplina das Forças Armadas e a coesão nacional são indissociáveis!**

**Defendê-las é defender Abril em Portugal todos os dias!**



## Espaço Literário – por: David' Pereira



### Em Abril estalam foguetes nos céus de Portugal!

No preâmbulo da Constituição da República Portuguesa declara-se em nome do Povo Português:

*“A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.*

*Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.*

*A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.*

*A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.”*

Desde então, por 31 vezes consecutivas, na alvorada desse dia, comungando e festejando aqueles princípios, estalam foguetes nos céus de Portugal anunciando a boa nova. O dia 25 de Abril foi a explosão. Passámos o dia agarrados às telefonias e a correr para a televisão a ouvir os comunicados do Posto de Controlo de MFA.

O empenhamento, primeiro na construção e depois na defesa de Abril não me permitiu gravar grandes memórias dos muitos episódios vividos. Tudo o que eu disser sobre Abril de 1974 já não é com os olhos daquele jovem que na altura tinha a idade e a generosidade que os meus filhos agora têm, mas com a leitura do que ficou gravado, filtrada com os olhos de hoje.

De Abril recordo o clima de amizade e de solidariedade que reinou. Lembro os dois primeiros 1º de Maio em Liberdade. Lembro toda a gente a correr para as televisões e telefonias na hora dos noticiários. Milhares e milhares de pessoas presas aos televisores a ouvirem contar os episódios da luta contra o fascismo. As edições dos jornais diários a esgotarem-se e com segundas edições. Lembro essa coisa maravilhosa, que aos poucos desapareceu, da boa educação de toda a gente, como se toda a vida se tivessem levantado para ceder o lugar às mulheres e aos velhos nos transportes públicos – “*Faça favor!*”, “*Oh, deixe estar, não era preciso*”. Lembro as duas Assembleias de Praças da Armada e as reuniões da Assembleia do MFA da Armada. Lembro as lágrimas nos olhos de muitos sargentos quando se fundou o nosso CSA em plenário ocorrido no Auditório da Escola Naval. Lembro o empenhamento de muitos sargentos na campanha de fundos de apoio à Reforma Agrária que resultou na aquisição de dois tractores. Lembro as muitas horas de discussão apaixonada em grupos no Rossio e em todos os lados, onde uma conclusão ressaltava: Portugal tinha de mudar para melhor, tínhamos de construir um País mais justo e com mais igualdade. Lembro a adesão maciça ao **Programa de MFA baseado nos três D: Desenvolvimento, Descolonização e Democracia**. Lembro-me de pensar que dali até ao Socialismo, que a Constituição de Abril tinha consagrado, era um pulo. E afinal não foi.

Lembro os mil e um meandros em que o rio de Abril perdeu o seu ímpeto inicial e alterou o seu curso. Lembro que falávamos não só da primeira geração de direitos e da liberdade, mas também da segunda geração de direitos do trabalho do emprego, e também de uma terceira geração de direitos dos consumidores e do ambiente – hoje fala-se na precariedade no trabalho, na polivalência, no retrocesso funcional das funções dos militares, etc. Lembro que pela primeira vez na história do país, na distribuição da riqueza, os que trabalham ficaram com a maior parte – hoje, na distribuição da riqueza, estamos a níveis piores do que antes do 25 de Abril. Lembro, com comoção, um Primeiro-ministro que, como primeira medida, baixou o seu vencimento e o dos Ministros – e agora...

Lembro que, afinal, aquilo que parecia ser já ali, mostrou-se mais distante. Lembro que lutamos há 32 anos pela dignificação das FFAA e dos militares, coisa que parecia ter sido conquistada de forma consolidada e perene. Lembro que essa luta nos conduziu à consciência da necessidade de construirmos uma associação de natureza socioprofissional – e “**Quão difícil nos temos movido, para utilizar a divisa da ANS**”. Mas lembro também o exemplo dos nossos camaradas **sobreviventes da Revolta dos Marinheiros e do Campo de Morte Lenta do Tarrafal que nos dão a certeza de que vale a pena lutar**. E ressalta, pelo seu exemplo, que quem luta pode não ganhar, mas quem não luta já perdeu.

**Contra ventos e marés, em Abril continuam a estalar foguetes nos céus, afirmando que construiremos o Portugal que sonhámos em Abril.**

Alguns julgámos que a revolução era feita num dia e, no outro, tudo estaria resolvido. Esquecemo-nos que a Revolução é um processo prolongado, com avanços e recuos, e que tudo se transforma continuamente. O universo expande-se e arrefece continuamente. A galáxia onde estamos inseridos move-se arrastada em espiral para um centro que tudo absorve – portanto o Sol mexe-se. A Terra, a nossa Terra, a nossa casa cósmica, é uma realidade em constante mutação: todos os dias toneladas de rocha se transformam em magma e toneladas de magma são transformadas em rocha; os continentes movem-se quais gigantescas jangadas de pedra. As sociedades sofrem mutações constantes, dando azo a novas relações económicas e sociais que tendem a moldá-las, usando os meios da comunicação social – hoje mais um poder serventuário do económico.

E, no entanto, a história do homem, qual rio, corre por meandros que por vezes nos dão a ilusão de estar a recuar, mas, no entanto, continua a avançar em direcção ao Mar do Futuro, moldado pelo querer do homem e da natureza.

No fundo, o que todos desejamos é mais estabilidade, mais justiça na distribuição da riqueza, mais igualdade de oportunidades e dignidade na condição humana e nas profissões de cada um, mais democracia em todas as vertentes da vida do homem.

Porque o homem quer, o futuro do Portugal d’Abril será o que conseguirmos construir.

**O que falta não é fazer outro 25 de Abril, o que falta é cumprir Abril e a sua Constituição!**